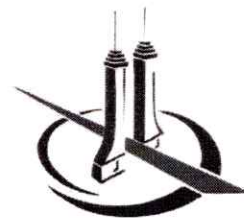




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



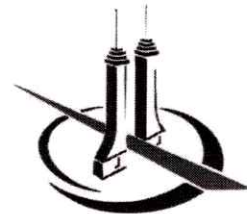
1º PERÍODO LEGISLATIVO - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA – 18ª LEGISLATURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA IPÊ

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às 19h20min, no Palácio Borges de Medeiros, a Comissão de Serviços Municipais, Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico, Segurança Pública e Mercosul do Poder Legislativo de Uruguaiana realizou Audiência Pública proposta pelo *Ver. José Clemente da Silva Correa*, conforme requerimento verbal aprovado nº 5/2024, protocolado sob o nº 0203/2024/LEG, a fim de debater questões sobre o atendimento dos usuários e segurados do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do RS - IPE em Uruguaiana, após anúncio de suspensão no atendimento por parte de Hospitais e Médicos no Estado. A reunião foi aberta pelo proponente **Ver. José Clemente**, que saudou os presentes, ficando a mesa dos trabalhos composta da seguinte forma: Srª **Dirce Gracioso Soares**, presidente da APEMU, Srª **Andrea Jardim**, presidente do SIMUR, Srª **Daiane Oliveira**, Coordenadora local do IPE, Sr. **Jorge Sudatti** – representando a ABAMF, Srª **Felicia Jardim**, vice-presidente CPERS Uruguaiana, Sr. **Claudinei dos Santos**, Diretor Financeiro do HSCCU. O **Ver. José Clemente** no comando dos trabalhos realizou cumprimentos aos presentes, registrou que a Audiência é transmitindo via *Facebook e canal do youtube* do Poder Legislativo. Informou que esta reunião visa debater questões relativas aos atendimentos em virtude das notícias de interrupção de serviços cadastrados pelo IPE por falta de pagamento, destacou que as questões relativas as contribuições somente serão tratadas se abordadas pelo plenário. Explanou sobre as precariedades enfrentadas pelos servidores na perda de direitos. Realizou a leitura de ofícios que foram encaminhados pelas autoridades e convidados, mencionando também que no mês de novembro de 2023, houve o desligamento de 40 mil servidores, representando em torno de 50 milhões de arrecadação a menor. Destacando que o IPE não está pagando novos valores para atendimentos médicos, exames, internações, entre outros. Após, solicitou a apresentação dos depoimentos encaminhados pelo Sr. **Sérgio Arnold**, presidente da Federação dos Servidores Públicos do RS – FESSERGS que salientou sobre os preços exorbitantes de contribuição e a imposição de nova tabela do pagamento relativo a medicamentos, instituição da contribuição de dependentes, levando os servidores a retirarem estes da cobertura do plano, uma vez que mostrava-se inviável a sua continuação. Destacou que o governo necessita revisar o IPE, instituindo melhores salários, equipando o ente com mais auditores, bem como entende a necessidade de se propor maior fiscalização. Na sequência o **Ver. Clemente Corrêa** encaminhou a palavra a profª **Felícia** do CPERS, que, após cumprimentos aos presentes destacou sobre o sindicato ter recebido muitas queixas relativas aos serviços prestados pelo instituto, as dificuldades enfrentadas e que muitos estão a afastar-se do IPE, salientou que está havendo uma inversão de valores no plano, onde há contribuição mas falta prestação adequada dos serviços adquiridos, acarretando mais dificuldades ao SUS, que Uruguaiana está



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

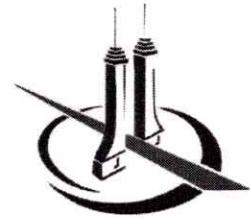


desassistida de profissionais da área de saúde, não havendo profissionais especializados no município, logo, acarretando a desvinculação dos servidores a este plano. Logo, a palavra foi encaminhada a Profª **Dirce Soares**, APEMU, que em sua fala concordou com a Profª Felícia na diferença entre planos de saúde privados e o IPE, pelas dificuldades em conseguir profissionais cadastrados e da falta de serviços para prestarem atendimentos. E que hoje os próprios profissionais recomendam que se faça consultas e procedimentos por outro plano privado, em vez de pelo IPE, pois a medicação hoje paga pelo Instituto é genérica, não sendo aconselhado pelos médicos em virtude do padrão necessário. Que muitas vezes recebem a cobrança de coparticipações de materiais não correspondidos em planos privados, imagina-se onde não há fiscalização, entende que por meio de uma pressão maciça, seja com abaixo assinado ou com moção reivindicatória, através de manifestação pública encaminhada ao Governo do Estado com teor de repúdio como resultado da insatisfação dos usuários pagantes do IPE. O Ver. **Clemente**, registrou que a mudança de pagamento de 3,1% para 3,6% e inclusão de pagamento para os dependentes e também inclusão de faixa etária, torna inviável para muitos a continuidade no plano, que no caso de exclusão para retorno, além do período de carência a ser cumprido, também acarreta um valor sobre 7,2%. Apresentou alguns links que podem ser conferidos conforme segue:

<https://www.ipesaude.rs.gov.br/instrucoes-normativas>
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2024/02/em-meio-a-ameacas-de-suspensao-de-atendimentos-em-hospitais-ipe-saude-adia-inicio-de-novo-modelo-de-remuneracao-em-30-dias-clt4nvuqp004801dm8gbxfgat.html>
<https://www.correiopovo.com.br/colunistas/taline-oppitz/ipe-sa%C3%BAde-19-hospitais-amea%C3%A7am-suspender-atendimentos-sete-s%C3%A3o-em-porto-alegre-1.1474135> . A Srª **Daiane** do IPE, registrou que muitos dos serviços relatados sem atendimentos, na verdade não são considerados serviços médicos pelo IPE, tais como psicólogo, fonoaudiólogo, sendo necessário alteração na legislação para inclusão destes serviços, que há falta de mais editais para contratação de dentistas por exemplo. Que concorda sobre a falta de fiscalização, falta de funcionários, pois ocorrem muitos superfaturamentos, principalmente em tratamentos oncológicos, que acabam onerando os serviços, que houve o descredenciamento de maridos, filhos e netos dos servidores pela onerosidade do plano, que antes não pagavam, salientando as carências, que são reiniciadas se houver retorno após o desligamento. Após, o Ver. **Clemente**, frisou o número de usuários que ultrapassavam 1 milhão de pessoas e que representam hoje um ganho ao instituto, porque a saída gera desoneração, porque hoje o custo dos atendimentos não cobre os recebidos dos pagamentos. A Srª **Daiane** IPE, registrou que Uruguaiana possui em torno de 22 mil segurados no IPE. Após, a Srª Andréa Jardim, SIMUR, parabenizou a iniciativa desta reunião, que há muito tempo recebem reclamações dos serviços, sendo todos pagadores de impostos e não há retorno de serviços para a população, que em Uruguaiana ocorreram muitos



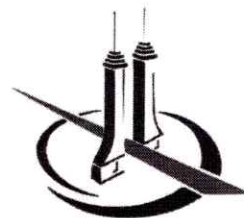
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



descredenciamentos destes serviços, destacou também que é usuária dos serviços, e que as consultas são de difícil acesso e que muitos necessitam se deslocar a Alegrete para a obtenção destes serviços, salientou também a dificuldade em compreender o bom atendimento de outros municípios e a precariedade constatada em Uruguaiana. Outrossim, sugeriu a criação de comissão para tratar diretamente com os dirigentes do instituto e que esta sensibilização pode favorecer a melhoria na prestação dos serviços. Na sequência o Ver. **Clemente** questionou ao representante do hospital as condições em que hoje se encontram relativo aos planos de saúde. O Sr. **Claudinei** Diretor do HSCCU, após cumprimentos abordou que possui interesse no debate em questão, que o hospital é um prestador de serviço, que os planos são diferentes do SUS, faz-se necessário que o profissional médico encaminhe e assista os pacientes pelo plano, diferente do SUS em que a internação é compulsória, que já passaram pelo período de 1 ano sem receber pagamentos do IPE, que hoje essa situação está regularizada, que o hospital HSCCU enfrenta diversas dificuldades financeiras, porém as últimas portarias publicadas pelo instituto, em especial as novas tabelas de valores relativos aos medicamentos, causa muita preocupação, pois medicamentos com custo de R\$ 200 serão pagos pelo instituto em torno de R\$ 98, que a maioria dos medicamentos os valores estão defasados, alguns estão dentro dos valores de mercado e de ganhos reais, mas a grande maioria abaixo do custo de compra. Explicou a questão sobre diferenciação de medicamentos conforme plano, pois o uso fora dos padrões permitidos não serão pagos e os médicos não estão autorizados a prescrição, que o procedimento é o encaminhamento prévio ao IPE para liberação da medicação solicitada. Que a lista é grande e ainda estão analisando e fazendo levantamentos. Que as tabelas de pagamento e serviços, muitos serviços estão embutidos nas diárias, mas não compreendem as taxas de serviços e os custos, que se solidarizam com os servidores assegurados no plano, porque há dificuldade dos usuários na busca dos hospitais e profissionais cadastrados. A Sr^a **Daiane** IPE, salientou que em Santa Maria o hospital possui plano global que Uruguaiana não tem esse convênio. O Sr. **Claudinei** Diretor HSCCU, explicou que o hospital depende dos profissionais estarem cadastrados, que se optam pelo plano global, são obrigadas a arcar com os custos e que os mesmos não serão cobertos pelos valores pagos hoje. O Ver. **Clemente**, questionou o que representa o IPE para Santa Casa hoje? O Sr. **Claudinei** respondeu que hoje representa o 3º maior convênio em torno de 900 mil reais, que perda desses valores e migração ao SUS trará riscos de falta de atendimentos, pois atualmente o hospital tem um limite de atendimentos pelo SUS, e que não conseguirá arcar com os custos e demandas de toda população. O Ver. **Clemente**, frisou que a perda destes recursos pelo hospital com certeza trarão reflexos gravíssimos na saúde do município. Na sequência houve o depoimento por vídeo do Deputado Estadual **Airton Lima** do PODEMOS, que destacou sobre a necessidade de diálogo entre todas as partes envolvidas, pois é um problema que



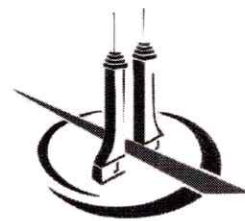
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



afeta toda comunidade gaúcha, colocando-se também à disposição para auxiliar nesses debates. Após o Ver. **Clemente** agradeceu ao Deputado por sua fala, bem como foi aberta manifestação ao plenário. Usou a palavra a Profª **Ana Júlia Gonçalves Riela** que lamentou a ausência da população, que infelizmente não luta por seus direitos, se surpreendeu quando o escritório do município foi fechado, sendo este um patrimônio dos servidores e segurados, que hoje o atendimento encontra-se localizado em uma sala dentro da rodoviária, espaço cedido pela Prefeitura e que no estado o IPE possui muitos imóveis e que são propriedades de todos, salientou que os descontos são em folha, então não há que se falar em inadimplência, questionou porque nunca foi feita uma auditoria no instituto. Questionou sobre a realização de concursos e que os médicos estão dando descontos para segurados do IPE, quando na verdade deveriam ter médicos cadastrados. Salientou que em Porto Alegre um prédio do instituto foi vendido em bairro nobre a preço abaixo do mercado, que faz-se necessário uma auditoria, finalizou expressando sua indignação por não poder usufruir de seus direitos. A Srª **Andrea Jardim**, SIMUR, persistiu na ideia quanto a questão dos médicos e o plano global colocado, questionou se há diferença nos pagamentos dos honorários relativos a esse tipo de contrato conforme município, questionou também se hoje os médicos do hospital são todos credenciados aos SUS e qual a diferença nesses pagamentos do SUS e dos outros planos. Deixou como encaminhamento o pedido urgente de uma auditoria para verificação de muitas situações, como diferença nos pagamentos. A Srª **Felícia Jardim**, falou que hoje os segurados do IPE representam 1/5 da população de Uruguaiana, que há uma preocupação grande quanto ao descredenciamento da Santa Casa no plano, que conforme posto pelo diretor há interesse na manutenção dos serviços sim, pontuou que o sindicato vem trabalhando nestas questões e lamenta que muitas entidades e colegas não estão presentes, mas que os convites foram feitos. Na sequência, fez uso da tribuna o Sr. **José Nelson**, que realizou questionamentos se os valores repassados ao hospital são mensais e se referem-se a internações ou outros serviços. Entende ser valor elevado se relativo somente a internações. Na sequência o Ver. **Clemente**, registrou as manifestações realizadas pela comunidade nas redes sociais. Após a Srª **Daiane** IPE, falou que os profissionais devem ser cadastrados hoje na pessoa jurídica, que o IPE possuía salas, estacionamento e loja em Uruguaiana, mas que estas ficaram para o IPEPrev quando da separação do instituto. Que no ano de 2023, foram cadastrados 2 novos médicos e uma clínica no município de Uruguaiana. O Sr. **Claudinei**, na sequência fez uso da palavra, relatando que refere-se a um valor médio mensal. Falou sobre os valores de mercado, que o IPE assim como o hospital são empresas, que cada município tem uma realidade diferente, e que as concorrências geram diferenças, que não tem conhecimento da realidade das negociações em outros municípios, que após a crise da Covid-19, muitas dificuldades foram geradas. Finalizou dizendo que são necessário cuidados, que nos valores recebidos estão incluídos os custos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



oncológicos, que possuem valor elevado, alguns com medicação em torno de R\$ 15 mil por aplicação, que a saúde no Brasil é cara, que hoje o custo da Santa Casa está em torno de 7 milhões mês. Um paciente em UTI tem um custo médio de R\$ 1800 reais/dia. Finalizou colocando-se à disposição para maiores dúvidas. Na sequência a Sr^a **Dirce Gracioso Soares**, destacou que essa pauta atinge todos cidadãos. Finalizando o ver. **José Clemente** falou sobre situações que acompanha ao longo dos anos no Estado, agradeceu a presença e manifestações nos trabalhos desta noite. Conclamou aos segurados que não se desvinculem do IPE Saúde, que faz-se necessário fortalecer todas as ações e que devem permanecer unidos por essa causa. Nada mais havendo a tratar, o Ver. **José Clemente**, às 21h05min declarou encerrada a presente Audiência Pública. Para constar, eu, Claudia Aires Simas, Auxiliar Técnico Legislativo, Chefe do departamento de Legislação e registros lavrei a presente ata. Palácio Borges de Medeiros, aos vinte e um dias do mês de Março de dois mil e vinte quatro. 21.03.24. (cas.cmu). #####

Ver. **José Clemente da Silva Correa**
Presidente CSMSE